

# PESCADORES ENTRE O BRASIL E A GUIANA FRANCESA: NOTAS DE UM CAMPO TENSIONADO

VANDA APARECIDA DA SILVA

**RESUMO** *Este texto analisa notas de trabalho de campo realizado entre o Brasil e a Guiana Francesa à luz da literatura sobre o tema das mobilidades nas fronteiras contemporâneas. Trata-se de uma pesquisa em andamento que visa à compreensão da produção desse processo de migração a partir de experiências de prospecção junto a pescadores brasileiros, oriundos de cidades do Pará (PA) e do Amapá (AP), que são profissionais da pesca na Guiana Francesa (em condição legal ou ilegal). Os conteúdos analisados aqui revelam as condições precárias e conflitivas da vida desses pescadores de fronteira, que habitam um território tensionado, em parte, devido às múltiplas migrações para a região.*

**PALAVRAS - CHAVE** *Mobilidades. Fronteira. Brasil. Guiana Francesa.*

# FISHERMEN BETWEEN BRAZIL AND FRENCH GUIANA: NOTES FROM A TENSIONED FIELD

**ABSTRACT** *This paper analyzes notes from fieldwork conducted between Brazil and French Guiana in light of the literature on the theme of mobility in contemporary borders. This is an ongoing research that aims to understand the production of this migration process based on prospecting experiences with Brazilian fishermen, from cities in Pará (PA) and Amapá (AP), who are fishing professionals in French Guiana (legally or illegally). The contents analyzed here reveal the precarious and conflictive conditions of life for these border fishermen, who inhabit a tensioned territory, in part, due to the multiple migrations to the region.*

**KEYWORDS** *Mobility. Border. Brazil. French Guiana.*

## INTRODUÇÃO

A motivação para pesquisar o processo que leva brasileiros a atuar na pesca ilegal nas águas da Guiana Francesa, departamento ultramarino da França, surgiu a partir de duas visitas àquela região realizadas em 2020 e 2022, na condição de turista, e de reflexões sobre notícias divulgadas pelas imprensas francesa (MAROT, 2022) e brasileira (ALMEIDA, 2005) acerca de apreensões de embarcações com pescadores brasileiros e deportações decorrentes dessa atividade irregular<sup>1</sup>. Os primeiros contatos estabelecidos com sujeitos implicados nesses processos revelaram que, além dessa atuação laboral ilegal, há um contexto complexo que é o de entrada e instalação desses brasileiros e brasileiras naquele território e de suas relações com aqueles que já se encontram ali estabelecidos.

A Guiana Francesa se localiza ao norte da América do Sul, mais precisamente na Amazônia caribenha (que integra ainda a Guiana, o Suriname e, no Brasil, os estados do Amapá e de Roraima). Constitui-se, portanto, uma região atraente para migrações de pessoas dos países vizinhos que buscam melhores condições de vida e segurança. Ali há também imigrantes de regiões mais distantes, como é, por exemplo, o caso de refugiados da etnia Hmongs, do Laos, que, após a Guerra do Vietnã, foram recebidos no departamento da Guiana Francesa nos idos de 1977 (VAIREAUX, 2020)<sup>2</sup>. Isso tudo tem contribuído para o pluralismo cultural e linguístico da região, que hoje convive com línguas crioulas e indígenas, com o francês, o português, o holandês, o inglês e o hmong, entre outras.

Se observarmos a história da região e a literatura acadêmica sobre ela, veremos que a relação entre Brasil e Guiana Francesa vem de longa data, porém, de uma integração problemática (ANDRADE, 1984; HIDAIR, 2008). Conforme o *Atlas des populations immigrées en Guyane* (INSTITUT..., 2006), o território da Guiana Francesa era composto de um enorme

<sup>1</sup> Outras notícias sobre pesca ilegal na Guiana Francesa podem ser encontradas em página específica do jornal *France-Guyane*. Disponível em: <https://www.france-guyane.fr/hashtags/peche-clandestine/>. Acesso em: 18 fev. 2023.

<sup>2</sup> Atualmente, uma forte e significativa presença de outros refugiados, principalmente da Síria, vem aumentando na Guiana Francesa (Cf. ABGRALL, 2021). Muitos desses grupos já tinham entrado na América Latina via cidade de São Paulo, rumando posteriormente ao departamento ultramarino francês com expectativas de obterem documentação para adentrar países europeus, especialmente a França. Encontramos algumas dessas pessoas nas visitas à cidade de Caiena nos anos de 2020 e 2022.

espaço pouco habitado, e foram necessários intentos por parte da administração francesa para povoá-lo. Na segunda metade do século XIX, o território recebeu os primeiros imigrantes, chineses e pessoas originárias de Sainte-Lucie (país do Caribe). Brasileiros passaram a imigrar a partir de 1960 e, em termos numéricos, estão dentre as primeiras nacionalidades presentes na Guiana Francesa. Na década de 1980, surinameses e haitianos também chegaram à região. Atualmente, a Guiana Francesa conta com aproximadamente 281.678 habitantes, tendo crescido, em média, 2,4% a cada ano entre 2013 e 2019 (INSTITUT..., 2021), o que resultou em 37.600 residentes adicionais no território em seis anos. Ou seja, a população aumentou e a sociedade se complexificou.

Nessa conjuntura, esta pesquisa (que está em curso) tem a intenção de contribuir para o debate contemporâneo acerca de regiões transfronteiriças internacionais (PORTO; NASCIMENTO, 2010) e as interdependências dos Estados-nações, especialmente em um momento em que as fronteiras, em um sentido macro, têm sido alvo de restrições, vigilâncias e tensões. Nos últimos anos, a guerra entre Rússia e Ucrânia e a pandemia de Covid-19 agravaram essa conjuntura, afetando negativamente o cenário global das economias e acirrando as desigualdades notadamente nos países de fronteira, como os do continente sul-americano.

Não é de agora que as interpretações sobre essas regiões limítrofes como espaços de defesa nacional e militar e/ou espaço de contato e articulação têm despertado o interesse de estudos e debates internacionais (PORTO; NASCIMENTO, 2010). Atualmente, o debate volta à tona com mais força especialmente porque coloca em relevo também questões ambientais, que transpõem as fronteiras nacionais e evidenciam aspectos que são de ordens locais, nacionais e transnacionais. Tudo isso tem demandado, simultaneamente, transformações de caráter social e político, desafiando os Estados-nações a encontrar soluções

para seus conflitos sociais, econômicos e ambientais (AROUCK, 2000; COTINGUIBA et al., 2020).

Como observa Arouck (2000), quando olhamos para o Brasil e suas migrações internas vemos estudiosos de vários campos das ciências humanas e sociais se lançarem nos estudos acerca da expansão de fronteira da Amazônia. Esses estudos, dirá o autor, abordam

[...] grandes conflitos interétnicos, opressão humana, apropriação “indevida” da terra, sistemas agrários antagônicos, tecnologias primitivas e modernas, populações tradicionais versus imigrantes, intervenção governamental e repressão policial, tendo como pano de fundo a antiga luta pela terra no Brasil, situações características das regiões fronteiriças (AROUCK, 2000, p. 68).

A fronteira torna-se, portanto, um importante *locus* para observarmos aspectos tanto da denominada “frente pioneira”, nos termos históricos e geográficos de expansão da economia capitalista no Brasil, como da “fronteira do humano”, conforme José de Souza Martins (1997). Um lugar privilegiado para investigar as transformações da sociedade, sua organização e desorganização, e o encontro dos diferentes, pois ali as pessoas buscam oportunidades, mas também se estranham, se massacram, se maltratam e renascem (MARTINS, 1997; AROUCK, 2000).

Todavia, segundo Arouck (2000), é preciso olharmos também para um outro tipo de migração que está acontecendo na Guiana Francesa e que diz respeito às novas migrações internacionais. Iniciadas desde metade dos anos de 1980, elas não estão relacionadas tão somente à expansão de fronteira, mas também ao deslocamento de uma classe média brasileira em busca da realização de uma “ascensão social que lhes fora barrada no Brasil” (AROUCK, 2000, p. 72). Ou seja, vem ocorrendo uma combinação de processos que contempla tanto a expansão de fronteira como essas novas migrações internacionais que

são impulsionadas por diferentes fatores. Como ressalta o pesquisador, elas obedecem aos interesses do momento:

Podemos afirmar, desta forma, a existência na Guiana francesa de uma política não oficial do tipo gangorra que funcionava aos interesses e conveniências das autoridades locais, mas nunca um projeto de atração oficial da mão-de-obra brasileira que se encontrava disponível e com custos baixos bem ao lado da linha demarcadora da fronteira, especialmente das cidades de Macapá e Belém (AROUCK, 2000, p. 72).

Conforme o *Atlas des populations emmigrées en Guyana* (INSTITUT..., 2006), a imigração de brasileiros e brasileiras para a Guiana Francesa data dos anos de 1960. Fugindo das dificuldades econômicas no Brasil, essas pessoas acabaram por se beneficiar da implantação do Centro Espacial da Guiana, na cidade de Kourou, a partir de 1964 (ALMEIDA, 2005), e representavam então 17% da população guianense. Na década de 1990, o número de brasileiros cresceu em 29%, e houve pouca aquisição de população francesa (9%). Os dados também informam que devido “[...] ao reagrupamento familiar, a contribuição migratória tornou-se mais feminizada: as mulheres representavam 42% dos imigrantes brasileiros em 1990 e 50% em 1999” (INSTITUT..., 2006, p. 12). Em 1999, 7.000 pessoas originárias do Brasil residiam legalmente no departamento ultramarino francês.

É importante ressaltar que essa região da fronteira amazônica sempre foi alvo de atenções e preocupações, especialmente em relação à segurança nacional, tanto do lado do Brasil como da Guiana Francesa, devido às migrações de brasileiros que buscam o outro lado para realizar suas ambições de melhoria das condições de vida financeira e social, de acesso à educação e à saúde. Desde os anos 1960, as dificuldades socioeconômicas no município do Oiapoque (AP), por exemplo, acabam por lançar brasileiros e brasileiras nesse deslocamento à procura de

uma saída para sua condição de pobreza, e muitos rumam para garimpos ilegais e trabalhos informais na região ultramarina do departamento francês, onde a moeda (euro) é forte e se tem melhores condições sociais (AROUCK, 2000; PINTO, 2008; COSTA; RIBEIRO; RAMALHO, 2020).

Assim, ao abrirmos esse caminho de pesquisa olhando especificamente para a situação dos pescadores originários dos estados do Pará e do Amapá no território da Guiana Francesa, nossa intenção é compreender a condição de imigrante ilegal ou irregular no contexto contemporâneo das migrações internacionais, mais amplo e complexo no que tange às situações e relações de trabalho, expandindo assim o repertório de experiências de pesquisa em áreas costeiras. Para tanto, temos “estado lá” (GEERTZ, 2009, p. 15) para estabelecer relações e realizar conversas abertas com alguns pescadores, as quais vimos analisando à luz da literatura já existente acerca da temática das migrações internacionais.

Essa observação de campo tem ocorrido nos lugares em que se encontram os pescadores, tanto em Caiena como em outras áreas portuárias da Guiana Francesa, como Rémire-Montjoly. Importante mencionar que uma condição particular nos levou a residir temporariamente em Caiena em meados de fevereiro de 2020 e, posteriormente, em outubro de 2022<sup>3</sup>. Todavia, o fato de ter morado temporariamente no local e ser de nacionalidade brasileira não foram atributos que abriram portas facilmente junto aos moradores de matriz crioula<sup>4</sup> ou junto àqueles originários da França continental que lá residem; tampouco junto aos pescadores brasileiros, posto que há dúvidas sobre as reais intenções de alguém que surge para saber sobre suas vidas, suas atividades laborais. Essa situação pode despertar sentimentos de desconfiança, uma vez que, quando são indagadas, as pessoas em situação de ilegalidade ou irregularidade temem que o interlocutor seja alguém de órgãos de fiscalização da Guiana Francesa.

<sup>3</sup> Circunstâncias particulares levaram meu companheiro, de nacionalidade francesa, a lecionar matemática num *lycée* em Kourou (onde está o Centro Espacial da Guiana, uma importante base de lançamento espacial da Agência Espacial Europeia), no final de 2019. Vincent decidiu estabelecer morada em Caiena. Em 7 de fevereiro de 2020, visitei Caiena, onde permanecemos por quinze dias. Veio a oficialização da pandemia e das medidas de proteção sanitária, e Vincent e eu retornamos à Sorocaba (SP), onde residimos atualmente. O imóvel que ele havia alugado foi mantido durante todo o período em que a fronteira Brasil-Guiana Francesa esteve fechada. Retornamos para Caiena em outubro de 2022. Nessa segunda visita, permanecemos no local por um mês.

<sup>4</sup> Importante mencionar que a população crioula resulta dos processos de colonização francesa e escravidão na região.

## TENSÕES ENTRE OS PAÍSES

Vale destacar que durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro as relações diplomáticas do Brasil com a França estiveram bastante estremecidas. Atualmente, ainda se refletem nas relações entre os dois países os impactos ambientais que a circulação de garimpeiros e a prática predatória do garimpo ilegal têm causado nas áreas de floresta e rios<sup>5</sup>. Essa situação se agravou ainda mais devido à autorização, via Decreto n. 10.966, de 11 de fevereiro de 2022 (BRASIL, 2022), sob a gestão do ex-presidente da República Jair Bolsonaro, para o que se denominou “garimpo artesanal”<sup>6</sup>. Tal decisão foi revertida após a eleição e a posse do atual presidente brasileiro, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, logo no primeiro dia de janeiro de 2023. Porém ainda há muito a ser feito para reverter os danos causados, especialmente porque é provável que haja uma combinação de práticas laborais clandestinas, podendo o garimpeiro atuar na pesca ilegal e vice-versa.

A pesca não regulamentada e não declarada vem sendo debatida como parte importante das práticas e ações ilegais que impactam o meio ambiente e a vida das pessoas. E, nesse contexto, a Guiana Francesa representa um caso particular, pois a pesca “é o terceiro setor produtivo ali”, e sua prática ilegal coloca em xeque a sustentabilidade da prática autorizada da pesca, pois envolve países vizinhos e levanta a preocupação com “[...] a viabilidade da pesca e a gestão e conservação dos recursos pesqueiros e da diversidade biológica marinha” (FAO, 2007, apud LEVREL, 2012, p. 2). Afinal, conforme Adrian Levrel (2012, pág. 2, tradução nossa), “a pesca ilegal esgota os estoques de peixes, destrói habitats marinhos, distorce a concorrência por pescadores honestos e enfraquece as comunidades costeiras, especialmente nos países em desenvolvimento”<sup>7</sup>.

O relatório produzido por Levrel (2012) para a Unité Biodiversité Halieutique (Guyane) do Département des

<sup>5</sup> Importante destacar que ambos os países (Brasil e França) acordaram que “o Alto Oiapoque”, a partir dos anos de 2000, passaria a ser destinado à “[...] proteção do meio ambiente com a criação do Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque (PNMT) em 2002 e do Parc Amazonien de Guyane (PAG) em 2007” (SILVA; GRANGER; LE TOURNEAU, 2019, p. 9).

<sup>6</sup> A esse respeito, ver, por exemplo: <https://amazoniareal.com.br/o-estimulo-de-garimpagem-pelo-decreto-de-bolsonaro/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

<sup>7</sup> No original: “La pêche illicite appauvrit les stocks de poissons, détruit les habitats marins, entraîne une distorsion de concurrence pour les pêcheurs honnêtes et affaiblit les communautés côtières, notamment dans les pays en développement”.

Ressources biologiques et environnement (RBE), da França, mostra que o aumento significativo da pesca ilegal vem sendo observado desde 2002 no departamento ultramarino; os navios ilegais representam 60% do total de embarcações na costa francesa, e 70% deles são brasileiros. Esse aspecto nos chama ainda mais atenção porque, embora tenha havido um endurecimento na legislação, isso não fez com que a presença dessas frotas ilegais diminuísse (LEVREL, 2012). Fica a indagação: por quê?

Nesse sentido, buscamos um caminho para a compreensão desse processo que faz com que pescadores brasileiros oriundos das águas do norte do país procurem exercer suas artes da pesca em condições precárias, desiguais e subalternas. No âmbito da comunidade pesqueira, tanto do lado do Brasil como do lado da Guiana Francesa, essa situação vem acirrando uma concorrência ilegal nas práticas pesqueiras que desestabiliza as relações interpessoais e laborais e também o ecossistema costeiro. É o que aponta o relatório de Levrel:

*8 No original: "La communauté de pêcheurs impute parfois leur baisse de productivité à la pêche illégale. Reste donc à déterminer l'état actuel des stocks en espèces côtières et l'impact de cette pêche illégale sur la ressource. Quoi qu'il en soit, la pêche illégale est significative et devra être prise en compte dans l'évaluation des stocks. La pêche est un secteur clé du développement de la Guyane. Les structures tendent à se développer mais la concurrence illégale des frontaliers pourrait bien faire obstacle à cette croissance attendue. Au-delà des préoccupations économiques se posent les questions environnementales. L'équilibre actuel de l'écosystème côtier pourrait être remis en question si les espèces exploitées étaient surpêchées".*

A comunidade pesqueira às vezes atribui seu declínio na produtividade à pesca ilegal. Resta, portanto, determinar o estado atual dos estoques de espécies costeiras e o impacto dessa pesca ilegal no recurso. De qualquer forma, a pesca ilegal é significativa e deve ser levada em consideração na avaliação do estoque.

A pesca é um setor chave de desenvolvimento na Guiana. As estruturas tendem a desenvolver-se, mas a concorrência ilegal dos trabalhadores transfronteiriços pode dificultar esse crescimento esperado. Além das preocupações econômicas, há questões ambientais. O equilíbrio atual do ecossistema costeiro poderá ser posto em causa se as espécies exploradas forem sobre pescadas (LEVREL, 2012, p. 17, tradução nossa)<sup>8</sup>.

Vários estudos demonstram que as circulações permanentes nas fronteiras da Amazônia têm se tornado cada vez mais frequentes, registros feitos frequentemente também por órgãos internacionais ligados à Organização das Nações Unidas (ONU)

(OLIVEIRA; DIAS, 2020). A mobilidade espacial das populações nesses espaços fronteiriços da Amazônia se complexifica, dada a sua heterogeneidade (COTINGUIBA et al., 2020), e as atividades das pessoas que circulam por distintos espaços podem produzir transformações, profundas ou não, que colocam em risco o funcionamento dos ecossistemas, tanto terrestres quanto aquáticos.

São esses processos que nos interessa compreender, alargando o conhecimento já acumulado sobre populações locais, do lado do Brasil, voltadas à área da pesca artesanal, em conflito com a pesca empresarial (DIEGUES, 1973; 1983; MALDONADO, 1986, 1991; MELLO, 1985), em um contexto do *transnacionalismo* na fronteira Brasil-Guiana Francesa (ROCHA; CARDOSO, 2020).

Nessa conjuntura, este trabalho é produzido sob inspiração interpretativa e tem a cultura como um documento de atuação pública, cujos significados são apreendidos a partir da realidade estudada *com* os sujeitos (GEERTZ, 1989). Aspectos socioculturais aparentemente menos relevantes estão relacionados a questões amplas e, conseqüentemente, podem revelar o processo de antropização que decorre dos movimentos humanos e geram transformações no meio ambiente. Essas transformações, por sua vez, decorrem das ações dos sujeitos e implicam impactos construtivos ou destrutivos; reversíveis ou irreversíveis; duradouros ou temporários; localizados ou disseminados (FERNANDES, D.; FERNANDES, J., 2019a, 2019b).

Portanto, neste texto trataremos de alguns aspectos que emergiram dos contatos realizados localmente, especialmente com os pescadores que vivem e trabalham na área urbana e marítima de municípios costeiros da Guiana Francesa. Começaremos por alguns dos momentos de trabalho de campo mais recentes, ocorridos durante a segunda visita à Caiena, em outubro de 2022. Os fios que descreveremos aqui, baseados nas anotações do diário de campo<sup>9</sup>, evocam outros tantos que

<sup>9</sup> Neste texto, tomaremos o cuidado de utilizar aleatoriamente letras do alfabeto para nominar os pescadores com os quais pudemos ter uma conversa informal durante a estadia na cidade de Caiena, em outubro de 2022. Alguns permitiram a gravação do diálogo, outros foram reticentes sobre isso e mesmo sobre a informação de seu nome de registro de nascimento, preferindo informar apenas o *apelido* pelo qual eram conhecidos no lugar. Tomamos essa decisão metodológica para respeitar sua decisão pelo anonimato.

sinalizam situações pretéritas já relatadas e analisadas em estudos que vêm sendo publicados acerca da presença de brasileiros na região (AROUCK, 2000; MOURA, 2021; OLIVEIRA, 2011; PINTO, 2008).

## NA CONDIÇÃO DE (I)LEGAL: APROXIMAÇÕES DE UM CAMPO TENSIONADO

Nos trabalhos informais, muitos brasileiros em condição de ilegalidade encontram dificuldades para regularizar sua situação. Ou seja, mesmo que queiram fazê-lo para conseguir “os papéis” que lhes autorizariam a viver nas cidades do território francês ultramarino, necessitam ter condições financeiras estáveis que comprovem sua autonomia. Estudos demonstram que quando são encontrados sem a autorização – portanto, “sem papéis” (BAUMAN, 2005) – são deportados para o Brasil e quase sempre ficam na cidade do Oiapoque (AP) (AROUCK, 2000; PINTO, 2008; OLIVEIRA, 2011). Em uma conversa que tivemos com um marisqueiro que havia acabado de chegar à Caiena, registramos um relato que concretiza essa situação.

Foi num final de tarde de sábado<sup>10</sup> que encontramos “S” (marisqueiro, 45 anos, oriundo de Vigia de Nazaré, PA), muito falante e entusiasmado em nos mostrar os caranguejos que ele e outro parceiro estavam vendendo em uma espécie de barraca improvisada. “Improviso”, aliás, pode ser também a palavra que designa o modo de morar dos homens que se encontravam naquele local conhecido como *crique*<sup>11</sup>, localizado em uma área chamada Village Chinois (ou Chicago). Essa talvez seja a parte mais decadente e perigosa de Caiena. Fomos até lá para ver se conseguiríamos nos apresentar.

Comecei a explicar a “S” que estava ali porque tinha interesse em conhecer a história de vida dos pescadores brasileiros na Guiana Francesa e mostrei minha carteira funcional de professora da Universidade Federal de São Carlos, a fim de

<sup>10</sup> Diário de campo, 22 out. 2022.

<sup>11</sup> Na língua portuguesa, *crique* significa pequena enseada/baía (na costa de mar) que serve de porto a embarcações; é também o nome comumente atribuído a esse bairro de Caiena localizado na Village Chinois.

amenizar um certo desconforto que havíamos percebido com aquele avanço da conversa. Logo veio a confirmação de que havia uma desconfiança sendo manifestada: entre olhares trocados com os parceiros de acampamento à beira da *crique*, “S” nos informou que os demais pescadores estavam “[...] olhando para nós porque talvez pensassem que nós seríamos da PAF [Police Aux Frontières]”<sup>12</sup>.

Ele desafiou os olhares irritados dos outros pescadores e continuou conversando conosco, porém, pediu que não divulgássemos certas partes de nossa conversa, principalmente pelo fato de que ele “não tinha papéis”. Fez questão de nos levar para dentro do acampamento para que fôssemos nos apresentando, barraca por barraca, e disse: “até um certo ponto nós iremos, porque mais para frente, depois daquela barraca lá (mostrava com o dedo), há perigo de roubo, violência”. Mais de uma vez nos alertou sobre o perigo da área, dizendo que “se você está distraído ‘eles’ vem por trás e te pegam assim...” (fez o gesto indicando que pegam pelo pescoço). Comentou que “as coisas para conseguir os papéis estão muito difíceis porque também tem muito brasileiro que apronta demais”. E quis saber de nós, especialmente: “é verdade que tem que ter muito dinheiro na conta bancária para conseguir autorização para estar na Guiana?”, “o mínimo é mil euros?”. Respondemos que sim e que talvez quanto mais melhor, pelo que tínhamos entendido.

A disposição de “S” em nos apresentar a seus parceiros de pesca era carregada de sentimentos de angústia devido à falta de dinheiro, pois ele ainda não tinha conseguido vender nada dos mariscos. Estava sem nenhum centavo e, vez ou outra, nos pedia um euro para comprar cigarro ou uma lata de cerveja. Naquele fim de tarde, adentrando a noite, soubemos que estavam naquele acampamento pescadores que “tinham papéis”; os que “não tinham papéis” não tinham autorização para estar ali. Na sua fala pairava a tensão junto aos demais, pois, como disse “S”, “aqueles que têm papéis são os que menos trabalham”. Por outro ângulo,

<sup>12</sup> Essa polícia surgiu em 2005 na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, em *Saint-Georges de l’Oiapock*, para controlar especialmente a circulação de brasileiros, exigindo-lhes visto oficial. Isso se deu alguns anos antes da inauguração da Ponte Binacional, no rio Oiapoque, obra que começou em 1997, no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e terminou em 2011, mas só foi inaugurada oficialmente em 2017, no governo do ex-presidente Michel Temer. Estudos demonstram que a inauguração da ponte não foi uma expressão de boas relações entre Brasil e França, pois no ato de sua inauguração (realizada do lado do brasileiro) não houve presença de representantes do governo federal do Brasil. Além disso, foi criado um espaço alfandegário do lado brasileiro. Por isso, essa inauguração se caracterizou como parcial, posto que um dos lados esteve ausente (SILVA; GRANGER; LE TOURNEAU, 2019) – e arriscamos dizer que ainda continua ausente.

pareceu-nos que todos guardavam o temor da deportação (caso fossem entregues para as autoridades).

Quando isso acontece, a situação não melhora, posto que, uma vez deportados, vivem com a frustração do sonho de melhorar a condição de vida e com a falta de recursos financeiros. Do lado brasileiro, no Oiapoque (AP), os deportados acabam por cair na mendicância, no alcoolismo ou na prostituição (principalmente no caso das mulheres brasileiras). Cabe observar que a prostituição pode ser um caso de via dupla, pois, segundo estudos, há mulheres que já eram prostitutas no lado brasileiro e decidem ir para os garimpos ilegais, onde ganham em ouro. Outras mulheres por vezes são enganadas, atraídas sob o pretexto de trabalhar como cozinheiras no garimpo, por exemplo; quando chegam, são forçadas a trabalhar como prostitutas (COSTA; RIBEIRO; RAMALHO, 2020).

Alguns dias depois saímos para mais um dia de aproximação junto aos pescadores. Era uma manhã de terça-feira, e o tempo era de um pouco de chuva e calor úmido quando rumamos ao Mercado Municipal de Peixes de Caiena<sup>13</sup>. Lá chegando, vimos diante de uma banca de peixes frescos um letreiro anunciando o nome do senhor “J” (62 anos). Imaginamos que poderia se tratar de um brasileiro, e era. Apresentamo-nos àquele homem de pele clara, estatura mediana, que tinha um semblante simpático, porém discreto. Ele manipulava os peixes com agilidade, olhava para um novo cliente que se aproximava e, receptivo, dizia “*bonjour*”. Vendo nossa atenção para com seus gestos mencionou que “gente que trabalha assim tem que agradar bem o freguês”. Contou-nos que saiu do Brasil na década de 1980. Sua família e sua mãe já viviam na Guiana Francesa, portanto ele chegou ali já na juventude. Retornou a Macapá (AP) para servir ao serviço militar, porém “pediu baixa” e se estabeleceu definitivamente no território ultramarino francês em fevereiro de 1982. Naquela altura, estava com 19 anos. Foi morar na Village Chinois e começou a “jogar bola”, como ele diz.

<sup>13</sup> Diário de campo, 25 out. 2022.

Village Chinois era um lugar... era um pouco violento à noite. Era um pouco violento, né... porque tinha boate. A boate só era lá, porque naquele pedaço... aquele bairro ali, a Village Chinois... então, a, principalmente à noite, [tinha] prostituição ali, sabe... mas só que ali também durante o dia era onde os barcos paravam. Não tinha barco grande na época, só barco pequeno, que pegava esses peixes pequenos [fomos interrompidos pela chegada de um cliente]... Antes tinha muito peixe grande... (“J”, 62 anos, comerciante de peixes, divorciado, Caiena).

Ele começou a trabalhar com o futebol, e depois se tornou pescador, exercendo essa profissão por dois anos. Quando perguntei se ele havia sido contratado naquele período, disse-me que naquela época não tinha contrato; ele era clandestino. Depois voltou para o futebol e conseguiu juntar dinheiro para emitir os seus documentos e viver na condição de morador legal. Posteriormente começou a trabalhar com a venda de peixes.

Sua percepção sobre a Guiana Francesa era carinhosa, em especial sobre a Village Chinois, pois, segundo ele, “foi onde praticamente eu me criei”. Comentou que já se passaram 40 anos desde que decidiu viver nesse local. Em suas palavras:

J - Toda tarde eu vou na Village Chinois. Amanhã... depois, de tarde, eu tomo um banho e vou ver os amigos.

P: E onde o senhor fica lá?

J: Eu fico perto dos barcos lá... onde o pessoal estão costurando rede... eu fico lá.

P: Tem algum lugar onde a gente pode comer lá?

J: Tem muita comida boa lá! Tem restaurante... a minha comida quase... eu compro lá, quando às vezes eu quero comer... eu compro lá, eu acostumei a comer a comida daqui mesmo. Tem mercado lá. O peixe frito deles aqui... é muito bom!

Nessa conversa, ainda no mercado, o senhor “J” comentou que há muitos imigrantes vivendo na Village Chinois. Segundo ele, “vivem tudo misturado”; há muito dominicano, brasileiro, haitiano. Disse-nos que a polícia está muito presente lá e que há muitos clandestinos, que “o pessoal que vende peixe lá é tudo clandestino”, referindo-se aos vendedores de peixes que estão na *crique*. Em sua fala, sobressai uma ênfase no fato de ele ser um comerciante estabelecido e de o peixe vendido no mercado ser controlado, fiscalizado pelo governo francês, contrapondo-se ao que é vendido na ilegalidade.

Considerando as conversas havidas com o marisqueiro “S” e com o comerciante de peixes “J”, parece-nos impossível não dar o devido destaque à questão das “rivalidades” que se vêm anunciando entre aqueles que “têm papéis” e os que estão trabalhando na pesca “sem papéis”. “S” observa que aqueles que “têm papéis” são os que menos trabalham; “J” afirma que os pescadores brasileiros “invadem águas francesas porque acabaram com os peixes do Oiapoque”, acrescentando ainda que “os pescadores da Guiana Francesa, às vezes, são até brasileiros legais que expulsam os do Oiapoque”. Ainda nas palavras de “J”, “[...] é uma vergonha, brasileiros que têm barcos perdem devido às apreensões, mas continuam voltando à pesca ilegal. Perdem cinquenta, sessenta... oitenta mil euros”, diz, referindo-se ao valor aproximado de um barco de pesca que, ao ser apanhado pela segunda vez, é apreendido e destruído pela Marinha<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> Foi em outra conversa com um pescador, em condição legal, que obtivemos um esclarecimento acerca da situação desses barcos que são apreendidos: nem sempre o condutor/comandante do barco pego pela Marinha francesa por pesca ilegal é o dono do barco. Por vezes, está a serviço de alguém que tem capital suficiente para arriscar que sua embarcação seja queimada em alto mar após ser interceptada em flagrante. E essa é uma questão ainda em aberto, para ser melhor esclarecida: quem são os donos das embarcações apreendidas em ação de pesca ilegal nas águas territoriais francesas? (Diário de campo, 17 out. 2022).

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Considerando tudo o que foi mostrado até aqui, é importante mencionarmos e destacarmos algumas questões: 1) que o trabalho de campo que vimos construindo está sendo feito em um ritmo que obedece às muitas formalidades impostas pelo tempo dessa circulação pela fronteira Brasil-Guiana Francesa, seja pela realidade tensa, conflitiva e desconfiada que desde os

primórdios foi gestada histórica, política e geograficamente, seja porque, refém dessa herança histórica, as fronteiras se movem consoante a interesses e intenções de seus respectivos governos; 2) que as fronteiras se movem também devido às inúmeras e complexas situações em que os pescadores se envolvem ao longo das muitas idas e vindas entre o Brasil e a Guiana Francesa, compondo ambiguidades acerca do que é ser brasileiro ou brasileira “com ou sem papéis”. E aqui precisamos pontuar que produzir esta pesquisa na condição de brasileira “com papéis” é adentrar aquele território com outro estatuto – com visto de turista –, que possivelmente é alvo de distintas interpretações. Junto aos pescadores e aos representantes de órgãos da gestão francesa, é assumir o lugar de *estranha*, condição que ora pode abrir portas, ora provocar as teias da manipulação motivada pela desconfiança a respeito de quem se é e o que se deseja ali – situação na qual temos consciência de nosso reduzido controle; 3) por último, que essa fronteira obedece também aos desdobramentos do acordo de reciprocidade entre França e Brasil, com maior determinação sobre a circulação de brasileiros e brasileiras, que, para entrarem na Guiana Francesa, devem obter um visto de turismo com antecedência e pagar uma taxa elevada por ele. O contrário não acontece com franceses e francesas que desejem atravessar para o lado brasileiro do Oiapoque (AP), posto que estão salvaguardados pelo referido acordo (SILVA; GRANGER; LE TOURNEAU, 2019, p. 12).

Também é impossível não mencionar que alguns dos aspectos analíticos apontados devem-se à inspiração de obra reveladora de José de Souza Martins *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano*, publicada em 1997. Por isso, além de tentar compreender como vivem os brasileiros que estão trabalhando na prática da pesca (i)legal, esta pesquisa pretende aprofundar o olhar sobre as potencialidades e as limitações do diálogo intercultural na Guiana Francesa entre pescadores brasileiros e autoridades da pesca francesa, especialmente no que diz respeito

ao conceito de *saber*. Empregamos o conceito como “[...] parte intrínseca da ‘experiência próxima’ em povos tradicionais”, considerando as “práticas e saberes das comunidades pesqueiras tradicionais” (FERNANDES, D.; FERNANDES, J., 2019a, p. 8). Nossa intenção é prosseguir analisando e confrontando as narrativas dos pescadores, suas experiências e seus saberes a respeito da pesca e seu conhecimento acerca das leis e interdições do lado francês, cujo governo, por sua vez, estabelece o que é “proibido” nas águas (e no território como um todo) sob sua legislação. Assim, esperamos tornar mais evidente o processo que leva essas populações a assumir o risco de serem parte de práticas de caráter predatório, tornando-se ao mesmo tempo seres que são sacrificados e capazes de sacrificar e seres profundamente marcados pelo sentimento de esperança de renascer numa nova vida.

## REFERÊNCIAS

ABGRALL, Thomas. La Guyane française, nouvelle destination des demandeurs d’asile syriens. *Middle East Eye*, [s. l.], 15 mar. 2021. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/fr/actu-et-enquetes/syriens-refugies-guyane-asile-france-guerre-migration>. Acesso em: 4 fev. 2023.

ALMEIDA, Jaqueline. Caiena deporta 500 brasileiros em 5 meses. *O Liberal*, Belém, ano LIX, n. 31.067, 2005.

ANDRADE, Julieta de. *Cultura crioula e lanc-patuá no Norte do Brasil*. São Paulo: Escola de Folclore, 1984.

AROUCK, Ronaldo. Brasileiros na Guiana francesa: Novas migrações internacionais ou exportação de tensões sociais na Amazônia? *Lusotopie*, Aix-en-Provence, n. 7, p. 67-78, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL. Decreto nº 10.966, de 11 de fevereiro de 2022. Institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala e a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 4, 11 fev. 2022.

COSTA, Luiz Gustavo da Silva; RIBEIRO, Lilciane Ferreira; RAMALHO, Terezinha de Jesus. Exclusão social na fronteira Franco-Brasileira (2010-2015). *Diálogos na Fronteira*, Ano 3, p. 8-18, 2020.

COTINGUIBA, Marília Lima Pimentel et al. *Mobilidade humana na Pan-Amazônia: implicações teóricas e experiências empíricas*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. *Pesca e marginalização no litoral paulista*. Tese (Mestrado) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Editora Ática, 1983.

FERNANDES, Daniel dos Santos; FERNANDES, José Guilherme dos Santos. A “experiência próxima”: saber e conhecimento em povos tradicionais”. In: FERNANDES, José Guilherme dos Santos; CORRÊA, Paulo Maués (Orgs.). *N’Amazônia oriental: estudos e proposições para entender a região*. Belém, PA: Paka-Tatu, 2019a, p. 67-92.

FERNANDES, Daniel dos Santos; FERNANDES, José Guilherme dos Santos. Personas e habitus: estudo de perfis antrópicos na Amazônia oriental. In: FERNANDES, José Guilherme dos Santos; CORRÊA, Paulo Maués (Orgs.). *N’Amazônia oriental: estudos e proposições para entender a região*. Belém, PA: Paka-Tatu, 2019b, p. 119-150.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. São Paulo: LTC, 1989, p. 18-41.

GEERTZ, Clifford. Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. In: GEERTZ, Clifford. *Obra e vida: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 11-39.

HIDAIR, Isabelle. Imigração brasileira na Guiana: entre elocubrações e realidade. *Antropolítica*, Niterói, n. 24, p. 127-143, 1. sem. 2008.

INSTITUT National De La Statistique Et Des Études Économiques. Recensement de la population en Guyane: 281 678 habitants au 1 janvier 2019. *Insee Flash Guyane*, Caiena, n. 146, 29 dez. 2021. Disponível em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/6012651>. Acesso em: 6 fev. 2023.

INSTITUT National De La Statistique Et Des Études Économiques; AGENCE Nationale Pour La Cohésion Sociale Et L'égalité Des Chances. *Atlas des populations immigrées en Guyane*. Paris: INSEE; ACSE, 2006. Disponível em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/1290097>. Acesso em: 9 fev. 2023.

LEVREL, Adrian. Estimation de la pêche illégale étrangère en Guyane Française. Guyane: RBE; BIODIVHAL, 2012. Disponível em: <https://archimer.ifremer.fr/doc/00114/22522/20202.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2023.

MALDONADO, Simone. *Pescadores do mar*. São Paulo, Ática, 1986.

MALDONADO, Simone. *Em dois meios, em dois mundos*. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

MAROT, Laurent. Pesca ilegal: WWF alerta para aumento do número de tapouilles ilegais em águas territoriais. *FranceInfo*, Paris, 29 set. 2022. Disponível em: <https://la1ere.francetvinfo.fr/guyane/>. Acesso em: 30 set. 2022.

MARTINS, José de Sousa. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MELLO, Alex Fiúza de. *A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação*. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 1985.

MOURA, Edenilson Dutra de. *Do Oiapoque ao... vislumbrar da dinâmica territorial urbana na fronteira franco-brasileira*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

OLIVEIRA, Betiana de Souza. *Dinâmicas sociais na fronteira entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa: um estudo sobre Oiapoque, Vila Vitória do Oiapoque e Cayenne*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2011.

OLIVEIRA, Márcia Maria de; DIAS, Maria das Graças Santos. *Interfaces da mobilidade humana contemporânea na fronteira amazônica*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. A vida no limite: atividades ilegais, migração irregular e direitos humanos na fronteira entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa. *PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP*, Macapá, v. X, n. 1, p. 1-6, dez. 2008.

PORTO, Jadson Luís; NASCIMENTO, Durbens Martins (Orgs.). *Interações fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades*. Macapá: PublIt, 2010.

ROCHA, Leone de Araújo; CARDOSO, Marcus. As condições da transnacionalidade na fronteira Amapá (Brasil)-Guiana Francesa (França). *PRACS*, Macapá, v. 13, n. 4, p. 213-227, jul./dez. 2020.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; GRANGER, Stéphane; LE TOURNEAU, François-Michel. Desafios à circulação na fronteira entre Brasil e Guiana francesa (FRANÇA). *Mercator*, Fortaleza, v. 18, e18018, p. 1-15, 2019.

VAIREAUX, Pierre. From Laos to French Guiana: The story of the Hmong people. *France24*, [s. l.], 6 nov. 2020. Disponível em: <https://www.france24.com/en/tv-shows/revisited/20201106-from-laos-to-french-guiana-the-story-of-the-hmong-people>. Acesso em: 19 maio 2022.

---

VANDA APARECIDA DA SILVA – Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora da Universidade Federal de São Carlos – campus Sorocaba-SP. E-mail: vandasilva@ufscar.br